



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

Processo Administrativo nº 17.539/2023

Interessado: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo

PARECER JURÍDICO Nº 66/2023

REGIME JURÍDICO DAS PARCERIAS ENTRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL. TERMO DE FOMENTO DE INICIATIVA DOS CENTROS CULTURAIS DA CIDADE. SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO. ARTIGO 35-A, DA LEI N.º 13.019/2014. ADEQUAÇÃO DO PARECER TÉCNICO CONFORME EXIGÊNCIA DO ARTIGO 22, INCISO IV E ART. 35 E INCISOS AMBOS DA MESMA NORMATIVA.

1 – OBJETO

Trata-se de pedido de parecer jurídico referente à possibilidade de realização de regime de parceria entre o Município de Campo Bom/RS e os Centros Culturais Eintracht e Glockenthal Volkstanzgruppe, cujo objeto é “*Repassse de recursos financeiros para os centros culturais da cidade na realização do evento Oktoberfest*”.

Em sede de justificativa para o termo de fomento, a Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo afirma que a realização da parceria e investimento possibilitará para o Município condições de levar o legado deixado pelos imigrantes alemães da região, pois a execução do evento, além de ser algo festivo para a comunidade, será um grande marco para o início das comemorações do bicentenário da imigração alemã no Brasil, algo muito expressivo para o Município de Campo Bom, o qual é de colonização alemã e até o momento não possuía um evento específico na região para comemorar essa tradição típica. Ademais, com relação ao aspecto econômico, esta iniciativa movimentará o desenvolvimento, além de gerar direta e indiretamente emprego e renda.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

A contrapartida alçada por esta municipalidade aos centros culturais para execução do objeto será no valor total de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), pagos nos termos da minuta de parceria que acompanha o processo administrativo.

2 – DO PARECER

Em primeiro, para correta compreensão do objeto deste parecer, mostra-se importante conceituar o que se entende por regime de parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco, a qual foi regulamentada pela Lei Federal nº 13.019/2014.

Em seu Art. 2º, inciso I, alínea “a”, a mencionada norma conceitua organização da sociedade civil como sendo:

“Art. 2º (...)

I - organização da sociedade civil: (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

a) entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015”.

O mesmo artigo 2º ainda colaciona os novos instrumentos jurídicos aptos a entabular as referidas parcerias, com particularidades entre eles, capazes de definir o instituto correto a ser utilizado caso a caso.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

“Art. 2º (...)

VII - termo de colaboração: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que envolvam a transferência de recursos financeiros

VIII - termo de fomento: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

VIII-A - acordo de cooperação: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros”.

Outrossim, considerando tratar-se de regime de parceria a ser realizado entre o município de Campo Bom/RS em rede com dois centros culturais, quais sejam, Eintracht e Glockenthal Volkstanzgruppe, decorrente de inexigibilidade de chamamento público, que envolve a transferência de recursos e cujo plano de trabalho é apresentado pela organização da sociedade civil, o instrumento normativo de regência que regula tal modalidade de avença é a Lei nº 13.019/14, em seu Art. 35-A. Neste sentido, dispõe a mesma:

Art. 35-A. É permitida a atuação em rede, por duas ou mais organizações da sociedade civil, mantida a integral responsabilidade da organização celebrante do termo de fomento ou de colaboração, desde que a organização da sociedade civil



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

signatária do termo de fomento ou de colaboração possua: (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

I - mais de cinco anos de inscrição no CNPJ; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

II - capacidade técnica e operacional para supervisionar e orientar diretamente a atuação da organização que com ela estiver atuando em rede. (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015).

No que tange ao plano de trabalho, meio pelo qual são apresentadas as propostas visando a formalização da parceria, cabe referir que há na legislação federal parâmetros mínimos que devem ser observados na sua concepção. Disciplina o artigo 22 da Lei Federal em comento que:

“Art. 22. Deverá constar do plano de trabalho de parcerias celebradas mediante termo de colaboração ou de fomento: (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

I - descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

II - descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

II-A - previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

III - forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

IV - definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)”.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

Conforme se depreende da análise do excerto legal, para que seja possível a celebração do termo de fomento, além das exigências em relação ao projeto de trabalho apresentado, cuja análise sobre o cumprimento das exigências constantes da Lei nº 13.019/14 deve se dar pela comissão de fiscalização do convênio, a organização da sociedade civil deve apresentar uma série de documentos e comprovantes, cuja presença é essencial para a higidez formal da avença firmada entre as partes.

Nesse sentido, de acordo com o Art. 35 da Lei nº 13.019/14:

“Art. 35. A celebração e a formalização do termo de colaboração e do termo de fomento dependerão da adoção das seguintes providências pela administração pública:

I - realização de chamamento público, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei;

II - indicação expressa da existência de prévia dotação orçamentária para execução da parceria;

III - demonstração de que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil foram avaliados e são compatíveis com o objeto;

IV - aprovação do plano de trabalho, a ser apresentado nos termos desta Lei;

V - emissão de parecer de órgão técnico da administração pública, que deverá pronunciar-se, de forma expressa, a respeito:

a) do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada;



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

b) da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista nesta Lei;

c) da viabilidade de sua execução, inclusive no que se refere aos valores estimados, que deverão ser compatíveis com os preços praticados no mercado;

d) da verificação do cronograma de desembolso previsto no plano de trabalho, e se esse é adequado e permite a sua efetiva fiscalização;

c) da viabilidade de sua execução; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

d) da verificação do cronograma de desembolso; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

e) da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos;

f) da descrição de elementos mínimos de convicção e de meios de prova que serão aceitos pela administração pública na prestação de contas;

f) (Revogada) ; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

g) da designação do gestor da parceria;

h) da designação da comissão de monitoramento e avaliação da parceria;



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

i) da aprovação do regulamento de compras e contratações apresentado pela organização da sociedade civil, demonstrando a compatibilidade entre a alternativa escolhida e a natureza e o valor do objeto da parceria, a natureza e o valor dos serviços, e as compras passíveis de contratação, conforme aprovado no plano de trabalho;

VI - emissão de parecer jurídico do órgão de assessoria ou consultoria jurídica da administração pública acerca da possibilidade de celebração da parceria, com observância das normas desta Lei e da legislação específica.

i) (Revogada) ; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

VI - emissão de parecer jurídico do órgão de assessoria ou consultoria jurídica da administração pública acerca da possibilidade de celebração da parceria. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)”.

Compete ainda lembrar que a regra para a escolha da entidade que firmará a parceria é o chamamento público, voltado a selecionar a organização que torne mais eficaz a execução do objeto. Contudo, há casos que a própria normativa admite a sua dispensa. Nesse sentido, disciplina o artigo 31 da legislação federal:

“Art. 31. *Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando: (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015).*

Por fim, compulsando os documentos apresentados pela secretaria responsável, entende a Procuradoria do Município estarem presentes os requisitos legais para a realização do



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

termo de fomento, porém, para que seja possível a realização, de acordo com os termos legais, será necessária a adequação do Parecer Técnico apresentado, conforme o Art. 22 da lei 13.019/14, inciso IV, para que a Secretaria Municipal informe de maneira expressa a definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas, bem como, estabeleça de forma clara os requisitos apresentados no art. 35 e incisos da lei 13.019/14.

Dentre as providências prévias a serem tomadas pela Administração está a emissão de Parecer Técnico (art. 35, V, Lei Federal nº 13.019/14), consoante regramento já colacionado. Tal medida é condição para a celebração da parceria.

Ainda, igualmente necessária a emissão de Parecer Jurídico (art. 35, VI), o qual possui caráter meramente orientativo acerca dos referidos institutos legais, sendo estritamente jurídico, não cabendo a análise dos critérios de conveniência e oportunidade na celebração da parceria. No caso, faltam elementos concretos para a elaboração de um Parecer, nos moldes exigidos pelo dispositivo legal, sendo que o expediente, apresentado pela Secretaria Municipal de Indústria Comércio e Turismo, não está suficientemente instruído, e, portanto, deverá ser adequado para posterior análise da adequação legal.

3 – CONCLUSÃO

Pelo exposto, parece necessário que o expediente seja devolvido ao órgão de origem, para a devida instrução, nos termos exigidos pela Lei Federal nº 13.019/14.

Ao órgão da Administração, portanto, compete:

- a) A adequação do parecer técnico, nos moldes do art. 22, inciso IV, da lei 13.019/14, com indicação clara da definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;
- b) O cumprimento das exigências do art. 35 e incisos, da lei 13.019/14, constando de forma expressa no Parecer Técnico:



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

“Art. 35. A celebração e a formalização do termo de colaboração e do termo de fomento dependerão da adoção das seguintes providências pela administração pública: I - realização de chamamento público, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei; II - indicação expressa da existência de prévia dotação orçamentária para execução da parceria; III - demonstração de que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil foram avaliados e são compatíveis com o objeto; IV - aprovação do plano de trabalho, a ser apresentado nos termos desta Lei; V - emissão de parecer de órgão técnico da administração pública, que deverá pronunciar-se, de forma expressa, a respeito: a) do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada; b) da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista nesta Lei; c) da viabilidade de sua execução; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015) d) da verificação do cronograma de desembolso; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015) e) da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos; g) da designação do gestor da parceria; h) da designação da comissão de monitoramento e avaliação da parceria”.

É o parecer.

Campo Bom/RS, 21 de setembro de 2023.

Maria Carolina Isoppo Pinzon Marques

OAB/RS: 117.943



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: F202-2AA0-797D-B0E4

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MARIA CAROLINA ISOPPO PINZON MARQUES (CPF 042.XXX.XXX-43) em 21/09/2023 14:16:45
(GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://campobom.1doc.com.br/verificacao/F202-2AA0-797D-B0E4>